



CENTRO DE ESTUDOS  
POLÍTICO-ESTRATÉGICOS

## BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal voltada à análise de fatos correntes do cenário internacional sob a lente teórica da Geopolítica, procurando identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento e seus desdobramentos. Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais.

Essa publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval (EGN).

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos curtos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Laboratório de Simulações e Cenários (LSC) da Escola de Guerra Naval e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (blind peer review). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos.  
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: [geo.corrente@yahoo.com.br](mailto:geo.corrente@yahoo.com.br)

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.



LABORATÓRIO  
DE SIMULAÇÕES  
E CENÁRIOS

## CONSELHO EDITORIAL

### Editor Responsável

*Leonardo Faria de Mattos (EGN)*

### Editor Científico

*Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)*

### Editores Adjuntos

*Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)*

*Jéssica Germano de Lima (EGN)*

*Noele de Freitas Peigo (FACAMP)*

## Pesquisadores do Grupo de Geopolítica Corrente

*André Figueiredo Nunes (UFRJ)*

*Ariane Dinalli Francisco (PUC - Rio)*

*Caio Ferreira Almeida (UFF)*

*Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)*

*Daniel Costa Sampaio de Araujo (IUPERJ)*

*Danillo Avellar Bragança (UERJ)*

*Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)*

*João Victor Marques Cardoso (UFF)*

*Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)*

*Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Luma Teixeira Dias (UFRJ)*

*Marcelle Siqueira Santos (UERJ)*

*Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)*

*Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)*

*Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)*

*Raissa Pose Pereira (UFRJ)*

*Sara Oliveira Dantas (IBMEC)*

*Tatiane González Barbosa (IBMEC)*

*Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)*

*Vinicius de Almeida Costa (UFRJ)*

*Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)*

Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha do Brasil.

- América do Sul
- América do Norte e Central
- África Subsaariana
- Oriente Médio e Norte da África
- Europa
- Rússia e ex-URSS
- Sul da Ásia
- Leste Asiático
- Sudeste Asiático e Oceania
- Ártico e Antártica

Regiões

**Nostálgico “descendiente del imperialismo opresivo”**

Por: Carlos Henrique Ferreira

No dia 22 de julho, iniciou-se a Operação Ágata 9 na extensão oeste da fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. A Operação, coordenada pelo Ministério da Defesa, conta com diversas agências governamentais (ABIN, IBAMA, FUNAI, entre outros) e as Forças Armadas para o combate a crimes como narcotráfico e contrabando de armas, munições e veículos. Contudo, segundo jornais paraguaios, o esforço na vigilância das porosas fronteiras brasileiras causou um mal estar diplomático.

Na última semana de julho, em ação contra contrabandistas no Rio Paraná, próximo ao Lago Itaipu, o governo brasileiro foi acusado de violar a soberania paraguaia ao adentrar o território vizinho. Em nota de protesto, o governo de Horacio Cartes relatou que a apreensão de embarcações de contrabandistas por parte dos militares brasileiros fora realizada em águas jurisdicionais paraguaias sem autorização e, ainda, com troca de tiros entre militares dos dois países. Mesmo sendo negado pelo Ministério da Defesa do Brasil, o embaixador brasileiro no Paraguai informou que seria aberta uma investigação sobre as ocorrências.

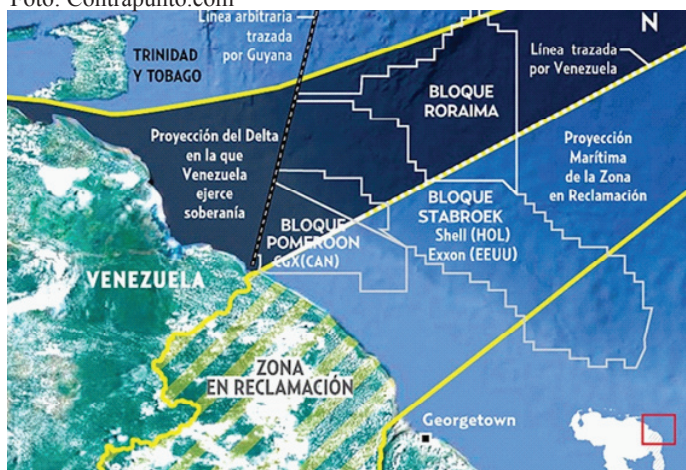
Esses fatos ocorreram próximos ao Lago Itaipu, região estratégica para o Brasil tanto pela usina hidrelétrica quanto pelo parque tecnológico. Este possui projetos como o Sistema Inteligente de Armazenamento de Energia e a criação de um condomínio de datacenters (ponto de tráfego internacional de dados, conectando com banda larga os países do Mercosul). Somados aos acontecimentos supracitados, há, ainda, a questão dos brasiguaios e suas terras e as marcas históricas deixadas pela Guerra da Tríplice Aliança, que levantam discussão sobre a percepção dos países vizinhos em relação à liderança regional do Brasil no subcontinente.

O presidente da delegação paraguaia no Parlamento do Mercosul (Parlasul), Alfonso González, deixou clara a percepção guarani sobre o gigante sul-americano: “um descendente do imperialismo opressivo e herdeiro do colonialismo português” e apontou, ainda, a Operação Ágata como um “esforço colossal” da arrogância das forças de segurança brasileiras na faixa de fronteira com o Paraguai. Cabe ao Brasil, portanto, rever suas ações em regiões fronteiriças, para que não prejudiquem os esforços do país em concretizar a tão almejada integração sul-americana.

**Essequibo: área de litígio marítimo e terrestre**

Por: Lais Rüdiger

Foto: Contrapunto.com



O decreto unilateral do presidente venezuelano Nicolás Maduro causou tensões fronteiriças não somente com a Colômbia, conforme divulgado no Boletim 16, mas também com seu vizinho do leste, a Guiana (vide mapa). Maduro assinou o documento para a criação de quatro Zonas Operacionais de Defesa Integral Marítima e Insular dias depois de a petroleira norte-americana Exxon Mobil realizar a descoberta de um local considerado significativo para a exploração desse recurso, o Bloco Stabroek, a 120 milhas náuticas da costa da Guiana. Nesse país, tanto o presidente, recém eleito em maio, quanto o respectivo Ministério das

Relações Exteriores intensificaram sua desaprovação perante a medida de imposição venezuelana.

A região do Essequibo representa 2/3 do território da ex-colônia britânica, porção reivindicada pela Venezuela no que se tornou uma das principais disputas territoriais da América do Sul. Essa região engloba áreas ricas em recursos naturais, como florestas, savanas e rios. A Guiana baseia-se no Laudo Arbitrário de Paris de 1899, o qual afirma que houve a demarcação de seus limites fronteiriços com a Venezuela. Já a Venezuela afirma que o Essequibo faz parte do seu território pelo Acordo de Genebra, de 1966, desmentindo a decisão da Guiana e contestando sua validade desde então. Atualmente, o litígio está sendo mediado pela ONU.

Por um lado, a Exxon Mobil e a Venezuela possuem uma disputa de longa data: em 2007, um tribunal arbitral internacional decidiu que Caracas deveria pagar a quantia de US\$ 1,6 bilhão para a companhia em decorrência de indenizações por propriedades nacionalizadas por Hugo Chavez. Por outro, pelo fato de a Guiana ser a única nação de língua inglesa na América do Sul, tem apoio dos países da Comunidade do Caribe, da Commonwealth e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com tantos recursos valiosos, o Essequibo representa uma área de tensões e iminente risco de intervenções externas.

## *América do Norte e Central*

### ***Conflito limítrofe: Nicarágua vs. Colômbia***

*Por: Marcelle Santos*

No dia 31 de julho, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) anunciou audiências públicas para outubro deste ano a respeito do conflito territorial no Mar do Caribe entre Nicarágua e Colômbia. A CIJ já apresentou uma sentença, em 2012, que estabelecia limites de fronteira, mas que foi recebida com insatisfação por ambos. No ano seguinte, após tentativas de negociação, a Nicarágua adicionou nova queixa contra a Colômbia, afirmando que o país não cumprira limites marítimos estabelecidos e utilizava a força para cometer infrações. Em resposta, Bogotá alegou ter perdido muitas áreas importantes e que, na prática, seria inviável cumprir a decisão da Corte.

O litígio náutico vem se prolongando desde 1928, quando firmaram o Tratado Barceñas-Meneses-Esguerra, que delimitava a extensão marítima da Nicarágua no Meridiano 82. O país da América Central considera possuir, por direito, um território maior do que o delimitado. Além disso, não vê legitimidade nesse tratado, pois foi imposto na época em que a Nicarágua estava ocupada militarmente pelos Estados Unidos. Desde então, Manágua, capital nicaraguense, busca ter soberania sobre as ilhas e, ainda, sob o mar da região, de posicionamento estratégico para a geopolítica centro-americana.

Após 2012, o arquipélago de San Andrés, assim como sete ilhas menores próximas à região, ficaram oficialmente sob domínio colombiano e foram traçados novos limites territoriais marítimos no mar do Caribe. O Brasil, como país relevante na região, deve permanecer atento para evitar conflitos nessa questão, uma vez que ambos estão dentro de seu entorno estratégico, principalmente a Colômbia, Estado associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

## *África Subsaariana*

### ***“Abordar a África de uma maneira diferente”: Obama visita nações africanas***

*Por: Franco Alencastro*

A data de 27 de julho entrou para a história das relações EUA-Etiópia com a primeira visita de um presidente norte-americano a esse país. Entre as razões que colocaram a Etiópia no roteiro de Barack Obama, que também visitou o Quênia no dia anterior, estão a economia em crescimento acelerado (10,3% em 2014, representando a quinta maior da África Subsaariana) e a posição do país como linha de frente no combate aos grupos extremistas islâmicos atuantes na África Oriental, como o Al-Shabab.

Os EUA possuem, na Etiópia, uma base para seus drones e atuaram ao lado de forças da União Africana (UA) para eliminar o líder do supracitado grupo extremista, Ahmed Godane, em setembro passado. Obama discursou diante dos representantes da UA, na sede da organização em Adis Abeba, capital etíope. A visita, no entanto, trouxe também temas mais complexos, já que o governo etíope vem sendo criticado por organismos internacionais por seu desrespeito aos Direitos Humanos, com perseguições à oposição política e prisões arbitrárias de jornalistas.

Nas eleições de maio deste ano, a Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia, partido do atual primeiro-ministro, Hailemariam Desalegn, conseguiu uma vitória quase total, conquistando 500 dos 547 assentos, um resultado considerado pela oposição como prova de fraude. Vale lembrar, também, que a trajetória de sucesso da economia etíope tem sido, em parte, alimentada pelo crescimento dos investimentos da China, que superou os EUA como maior parceiro comercial do citado Estado africano em 2009. Nos próximos anos, portanto, os EUA terão que equilibrar suas críticas ao sistema político da Etiópia, buscando recuperar sua posição como aliado primordial desse país.

**O papel contemporâneo da OPAEP**

Por: André Nunes

A Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) é uma organização intergovernamental regional estabelecida por um acordo assinado em 9 de janeiro de 1968 pela Arábia Saudita, Kuwait e Líbia. Sua criação foi motivada, em grande parte, à época, pelo espírito do pan-arabismo, pelo nacionalismo árabe e pelo interesse desses países em deter o controle da sua produção de petróleo, em detrimento de companhias internacionais. No presente, a OPAEP tem um total de onze membros, com adesão de Argélia, Bahrain, Catar e Emirados Árabes Unidos (1970), Iraque e Síria (1972), Egito (1973) e Tunísia (1982).

Responsável pelo embargo que proporcionou o choque do petróleo de 1973, a OPAEP era responsável, em 2013, por cerca de 42% das reservas internacionais (aproximadamente 699 de 1.649 bilhões barris/ano) e cerca de 25% da produção mundial (aproximadamente 22.130 de 90.904 milhões barris/dia). Segundo Daniel Yergin, secretário do Conselho

Consultivo de Energia dos Estados Unidos, alguns de seus membros, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, são considerados “*swing producers*”, isto é, “países capazes de definir os níveis de preço do combustível fóssil aumentando ou reduzindo a produção de suas reservas gigantescas”.

Em 1973, a “arma do petróleo” dos países árabes chamou a atenção internacional para a região devido aos cortes de produção. Atualmente, embora existam indícios que os “*swing producers*” da organização concordem que o ajuste dos preços seja de responsabilidade do mercado, é possível identificar alguma manipulação para atender a seus interesses, como a manutenção das cotas de produção. Tal fato, ocorrido no último ano, impactou na viabilidade de exploração de outros campos ao redor do mundo ao contribuir para a queda no preço do barril.

Por fim, vale destacar que a opulência de números estatísticos favoráveis não remete a ações homogêneas por parte de seus membros, visto que, politicamente, muitos países da OPAEP nutrem rivalidades e, também, são concorrentes de seus pares.



Foto: Brownback.com

**Inteligência Artificial: autonomia no campo de batalha?**

Por: Louise Marie Hurel

Entre os dias 27 e 31 de julho aconteceu a 24ª Conferência Internacional Conjunta de Inteligência Artificial (em inglês, IJCAI). O evento, realizado em Buenos Aires, contou com a submissão de uma polêmica carta demandando não só o banimento de armas autônomas de uso ofensivo, mas também assinalando a possibilidade de uma corrida armamentista da Inteligência Artificial (IA). Assinada por grandes nomes da área, tal como o do cientista Stephen Hawking, junto com mais de mil pesquisadores, a carta reflete os receios do futuro emprego de armas dotadas de IAs.

Em 2013, na reunião da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (em inglês, CCW), o embaixador francês, Jean-Hugues Simon-Michel, esteve à frente da obtenção do primeiro mandato sobre Sistemas de Armas Autônomas e Letais. Desde então, junto à coalizão internacional “*Stop Killer Robots*”, a CCW procurou desenvolver estruturas e instigar debates nacionais para que o tópico fosse inserido em suas agendas.

Medidas como essas podem ser encaradas como uma crescente tentativa de securitizar o tema, ou seja, torná-lo relevante para questões (nacionais e internacionais) de paz e segurança. A partir disso, alguns problemas surgem: (1) Qual seria o aparato legal capaz de constranger e regular o emprego desse tipo de arma? (2) Seria adequado que armas tomassem decisões sobre o destino de uma vida humana? (3) Como se daria o

processo de responsabilização pelos crimes cometidos (se a arma agiu de forma autônoma)?

Oscilando entre fantasia e medo, o futuro das IAs emerge em meio a campos de batalha remotos, indefinidos e não-convencionais. Enquanto a total autonomia ainda não foi alcançada, órgãos regionais e internacionais, como a Comissão Europeia Coordenadora da Inteligência Artificial e a ONU, respectivamente, procuram debater as futuras implicações desse tipo de tecnologia. O potencial que uma máquina baseada completamente em IA teria, em situações de conflito, poderia ser um diferencial estratégico decisivo, encarado por muitos como a “terceira revolução das armas”.

*Europa*

### ***Calais: o impasse entre França e Reino Unido***

*Por: Matheus Mendes*

Calais é uma cidade portuária localizada ao noroeste da França e de onde parte o Eurotúnel, que liga este país ao Reino Unido. Foi nessa região francesa que vem ocorrendo, nos últimos dias, uma onda de imigrantes atravessando o Canal da Mancha, em direção à ilha britânica. Devido a isso, as relações bilaterais entre os dois países se desgastaram, e mesmo a diplomacia não tem solucionado o problema.

O “estopim” foi uma manifestação na zona portuária, que bloqueou o Porto de Calais e instaurou uma crise na região. Os imigrantes têm aproveitado o momento conturbado e atravessado o Canal por meio de balsas e do Eurotúnel, principalmente à noite, o que já causou mortes nos dois últimos meses. Por um lado, o governo francês acusa o britânico de não fazer nada perante essa situação; por outro, David Cameron, premiê do Reino Unido, fez um pronunciamento solicitando o aumento da segurança na região francesa. Contudo, a tendência é de que não haja uma solução definitiva, nem mesmo a longo prazo. Isso porque o fluxo migratório, ainda que oriundo principalmente de países como a Grécia e a Ucrânia e regiões como Oriente Médio e África, é um problema comum não somente à França, mas à Europa como um todo.

Vale ressaltar que o Reino Unido não é signatário do Acordo de Schengen, não estando obrigado, portanto, a receber imigrantes ilegais. O país responde apenas ao Tratado de Touquet, assinado junto aos franceses e que dá o direito a qualquer parte de reenviar os imigrantes ilegais ao país de origem (no caso, França ou Reino Unido) e não os receber novamente. Outro ponto é o interesse britânico em deixar a União Europeia, a partir do referendo (previsto para 2017, a princípio) sobre a sua permanência ou não no bloco, algo que pode restringir ainda mais as políticas migratórias e dificultar a resolução da questão em pauta.

*Rússia e ex-URSS*

### ***Rússia e os navios porta-helicópteros***

*Por: Daniel Araújo*

Em 2011, Rússia e França estabeleceram um contrato de compra de dois navios porta-helicópteros pelo valor de US\$ 1,36 bilhão. Após passar do período estipulado de entrega, a França anunciou, em novembro de 2014, a ruptura do contrato de forma unilateral, por acreditar na participação da Rússia nos conflitos do sudeste ucraniano, que se intensificaram no final do ano passado.

Segundo analistas, os dois navios porta-helicópteros já tinham papel definido em uma nova conjuntura estratégica da Marinha russa, denominada “Nova Doutrina Naval”, disponibilizada recentemente ao público pelo site do governo russo. Devido ao papel chave dos porta-helicópteros nesse novo posicionamento, empresas russas já têm acelerado os prazos de entrega de seus projetos. A empresa “*Priboy*”, por exemplo, expôs o modelo Lavina de navio porta-helicóptero, com início da construção já previsto para o ano que vem.

De acordo com especialistas, apesar de a Rússia possuir capacidade de construção de navios e estaleiros para produção, em escala considerável para suas necessidades, teria comprado da França com intuito de ampliar a cooperação com a Europa na área de segurança e defesa. Isso porque esses navios poderiam ser facilmente

utilizados para combate à pirataria e suporte para ações antiterror, áreas em que a França teria interesse de cooperar com a Rússia, mas também para garantir uma presença ostensiva no Canal de Suez e sua viabilidade operacional, que tem sido colocada em xeque pelas tensões de segurança dos países da região.

Navios com capacidade de transportar helicópteros e blindados anfíbios podem, também, ser empregados em ações da guerra convencional. Dessa perspectiva, é possível compreender o rompimento do contrato por parte da França, já que não se entrega conhecimento estratégico a um Estado cujas intenções geopolíticas não são tratadas de forma transparente.

## Sul da Ásia

### Política Externa Modi II: a vez do “Link West”

Por: Luciane Noronha

#### TAPI NATURAL GAS PIPELINE



Foto: Canadian Center for Policy Alternatives

Entre os dias 6 e 13 de julho deste ano, o primeiro-ministro indiano realizou uma série de visitas aos países da Ásia Central e à Rússia. Após a política do “olhar para o Oriente”, tema do Boletim 14, Narendra Modi busca fortalecer o “link West” – a articulação com o Ocidente.

Os principais pontos discutidos nas reuniões diziam respeito à segurança energética. Na década de 1990 iniciaram-se os planejamentos para o gasoduto TAPI, que levaria gás natural do Turcomenistão até a Índia, passando pelo Afeganistão e o Paquistão. Entretanto, tal projeto ainda não foi concretizado, em parte devido aos conflitos indo-paquistaneses e à instabilidade política afegã. Outro aspecto importante refere-se à renovação

do acordo de venda de urânio entre Índia e Cazaquistão, o segundo maior produtor do minério no mundo. Já a visita à Rússia representou um marco, pela ascensão da Índia ao status de membro pleno da Organização de Cooperação de Shanghai, arranjo que visa ao estreitamento de laços políticos, econômicos e de segurança entre seus membros. A expectativa indiana é que este fato facilite o seu acesso ao mercado energético da Ásia Central.

A região é tradicionalmente área de influência russa e, mais recentemente, chinesa. Desta forma, os países contemplados pelas viagens de Modi visam à diversificação de parceiros comerciais. A Índia, por sua vez, busca alternativas para projetar poder na Ásia Central desde o aumento da instabilidade política no Afeganistão. Para além da segurança energética, há também a preocupação indiana (e russa) com a nova Rota da Seda da China, que perpassa a área geográfica em questão. Tanto as visitas de Modi quanto o apoio de Moscou à entrada da Índia na Organização de Cooperação de Shanghai demonstram a tentativa conjunta de conter um novo ator regional de peso.

## Leste Asiático

### Kuomintang: fim de uma era?

Por: Vinicius Reis

No último dia 31 de julho, centenas de manifestantes se reuniram na sede do Ministério da Educação, em Taipei, capital de Taiwan, contra a reforma curricular que tem sido implementada nas escolas. A população considera que a nova grade seja enviesada na forma como retrata a China continental, principalmente devido ao revisionismo histórico que a mesma faz das relações entre os dois governos. Com o suicídio do ativista Lin Kuan-hua e tentativas irrisórias de diálogo por parte do governo, considera-se a possibilidade que a situação assumira contornos similares ao Movimento Girassol, manifestações pró-democracia ocorridas no ano passado

em Hong Kong.

Diante da atual conjuntura, os protestos reforçam a visão negativa que grande parte da população tem da atual administração, feita pelo partido taiwanês Kuomintang (KMT), minando cada vez mais suas chances de se manter no poder após as eleições de 2016. Na última década, o principal foco do KMT foi a aproximação com Pequim, visando ao fortalecimento de suas relações. Essa política pode ser considerada um dos fatores responsáveis pela “estabilidade” entre os dois países nos últimos anos. A relação “simbiótica” que se construiu entre o Partido Comunista Chinês (PCCh) e o KMT, somada a outros fatores, como a alta taxa de desemprego de 14% entre a população jovem, enfraqueceu a imagem do governo, fazendo com que o partido conquistasse apenas 6 das 22 vagas disputadas nas últimas eleições.

O PCCh teve um papel fundamental no aumento do desagrado ao KMT. Sua ingerência política em Hong Kong tem se mostrado cada vez mais “tóxica” à democracia que a região apresentava enquanto sob controle britânico, o que se reflete no medo existencial da população taiwanesa frente à política do “um país, dois sistemas”. Enquanto analistas prospectam os impactos de um provável governo “antagonista” a Pequim, em 2016, no imaginário coletivo teme-se cada vez mais o cenário sombrio descrito por John Mearsheimer em seu artigo “Say Goodbye to Taiwan”.

## *Oceania e Sudeste Asiático*

### ***Parceria Transpacífico: vantagem para quem?***

*Por: Thayná Fernandes*

A Parceria Transpacífico (TPP, em inglês) obteve um grande avanço recentemente: o Congresso norte-americano, após grande resistência, aprovou que o presidente Barack Obama tivesse Autoridade de Promoção do Acordo. Dessa forma, Obama e seu sucessor poderão continuar conduzindo as negociações do tratado de maneira mais ágil.

O TPP justifica-se pela busca de parceria comercial entre os doze países proponentes, dentre eles países do Sudeste Asiático como Brunei, Cingapura, Malásia e Vietnã. Ainda que a ideia do tratado seja diminuir as tarifas comerciais entre os signatários, esse é um ponto bastante sensível: os supracitados Estados asiáticos possuem fortes políticas protecionistas. Por um lado, a entrada na parceria poderia ser positiva no sentido de gerar reformas nessas políticas governamentais; contudo, poderia ser negativa pelo mesmo motivo, pois os produtos estrangeiros se tornariam muito mais competitivos.

Afirma-se, ainda, que o objetivo do TPP em relação aos países do Sudeste Asiático é promover outras reformas, abrangendo questões ambientais e humanitárias. A Malásia, por exemplo, possui um dos maiores índices de tráfico humano e, junto ao Vietnã, precisa avançar em questões sobre direitos trabalhistas. Aderindo ao acordo, esses Estados precisarão adequar esses pontos.

Entretanto, a pouca transparência sobre o texto inicial do tratado, as possíveis desvantagens para os Estados em desenvolvimento e o nítido movimento geopolítico contido no acordo geram discordâncias e oposição ao mesmo. Geopoliticamente falando, os norte-americanos esforçam-se em se aproximar cada vez mais dos países asiáticos com o objetivo de fazer frente ao avanço chinês, o que pode ser observado durante o governo Obama com as políticas de rebalanceamento para a Ásia. Aproximar-se da maior potência bélica mundial é interessante para os Estados do Sudeste Asiático, considerando-se as intensas disputas no Mar do Sul da China. As opiniões estão divididas: muitos acreditam que o acordo pode dar certo, já outros só veem desvantagens. O que resta, afinal, é observar.

## ***Camboja: entre a mediação e a desarticulação***

*Por: Vinicius Costa*

Diante da escalada gradativa de tensões na região do Mar do Sul da China, gerada pelo choque de interesses entre Pequim e os países do Sudeste Asiático, a busca por soluções pacíficas ganhou novos contornos no dia 22 de julho com a intenção declarada pelo ministro das Relações Exteriores do Camboja, Hor Nambong, de mediar as disputas entre China e os membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

Membro da ASEAN - ao lado do Vietnã, Filipinas, Indonésia, Mianmar, Brunei, Laos, Tailândia, Malásia e Singapura -, o Camboja possui a inexistência de tensões com a China como principal elemento favorável à condição de mediador entre a ASEAN e esse país (na ótica de Nambong), tendo cultivado boas relações com a mesma ao longo dos últimos anos. Filipinas, Indonésia, Brunei e Vietnã, ao contrário, estão envolvidos em litígios territoriais insulares declarados à China e, no momento, buscam modernizar suas forças armadas como reação.

Por sua vez, os demais membros da organização não veem essa iniciativa cambojana de forma positiva. Alega-se que tal posicionamento é uma ameaça para a coesão da ASEAN em relação aos assuntos do Mar do Sul da China. Além disso, afirmam que Pequim vem tentando desarticular essa coesão com diálogos bilaterais com as partes, como ocorreu em 2012 na Reunião de Cúpula da supracitada associação, quando houve um aparente “apoio” cambojano às atitudes chinesas na região, o que enfraqueceu o posicionamento da organização enquanto um bloco.

Da mesma forma, a assistência econômica que a China vem dando ao Camboja é tomada com desconfiança por parte de seus parceiros da ASEAN, pelo temor de que a dependência cambojana em relação à economia chinesa desarticule ainda mais as decisões da organização.

# Ártico e Antártica

## ***Índia: desenvolvimento na Antártica com ajuda de investimentos privados***

*Por: Raissa Pose*

No mês passado, durante o 12º Simpósio Internacional em Ciências da Terra Antártica, realizado em Goa, Índia, o ministro da Ciência e Tecnologia indiano, Harsh Vardhan, convidou diversas empresas privadas a investirem no desenvolvimento de pesquisas na Antártica. O pedido faz parte de uma política indiana que vem sendo construída desde 1981 e que visa garantir presença relevante naquele continente.

No âmbito doméstico, a Índia realiza um trabalho de propaganda e exaltação dos feitos nacionais na Antártica. No internacional, o discurso que apoia e justifica suas atividades na região relaciona-se, em termos gerais, à noção de que o continente deve ser preservado, de que é um bem compartilhado pelo mundo e que os avanços científicos provenientes dele não podem beneficiar apenas um grupo seleto de atores.

Os esforços do país na Antártica colocaram a Índia no clube dos 29 países com bases científicas permanentes. “Maitri” e “Bharati”, esta última inaugurada em 2013 e tecnologicamente bastante avançada, são suas duas bases. Sua primeira, “Dakshin Gangotri”, que havia sido construída em 1984, foi submersa em gelo, tornando-se apenas um posto de suprimentos.

O início das atividades indianas no continente, por meio de uma expedição secreta, sem o país ter aderido ao Tratado, foi visto com desconforto pelos membros consultivos em 1982. A adesão da Índia e sua ascensão a membro consultivo, em setembro de 1983, foi negociada a fim de silenciar uma das vozes mais ativas contra o chamado “clube antártico”. Hoje, a Índia não é mais um problema ao Tratado, mas sua posição, aparentemente favorável à preservação do meio ambiente antártico, pode vir a ser comprometida no futuro, quando a demanda por mais energia e minerais pressionarem pela revisão do Protocolo de Madri, que prevê a proibição de qualquer tipo de exploração mineral naquele continente, a princípio, até 2048.



## *Dicas de artigos selecionados*

- EURASIA REVIEW - 07/08/2015  
**India at risk of adopting Anti-Secularism - By Tariq A. Al-Maeena**
- YALE GLOBAL - 06/08/2015  
**Temperatures in the South China Sea Continue to Rise - By Gregory Poling**
- THE NATIONAL INTEREST - 06/08/2015  
**Hiroshima, 70 Years Later: Did Truman Make the Right Call? - By James Holmes**
- PROJECT SYNDICATE - 30/07/2015  
**The Iran Deal's North Korean Shadow - By Christopher R. Hill**
- MERCO PRESS - 03/08/2015  
**Argentina and Chile armies agree on Antarctica rescue and support operations**
- CHATHAM HOUSE - 05/08/2015  
**What Next for the EU? - By Robin Niblett**

[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

*Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:*

*<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>*

*Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.*